

**CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES
AMBIENTAIS EVIDENCIADAS EM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE
DIVULGADOS PELAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA EM 2014**

**ENVIRONMENTAL ACCOUNTING: AN ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL
INFORMATION EVIDENCED IN DISCLOSED SUSTAINABILITY REPORTS
DISCLOSED BY ELECTRICITY SECTOR COMPANIES IN 2014**

Edilene de Mendonça Barbosa

Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

João Gabriel Nascimento de Araújo

Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

Paulo Albino Pimentel Júnior

Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)

RESUMO

Os relatórios de sustentabilidade divulgam informações sobre os impactos socioambientais de uma organização, a *Global Reporting Initiative* (GRI) apoia as organizações quanto à divulgação de relatórios de sustentabilidade. Este artigo objetivou mostrar a evidenciação das informações sustentáveis divulgadas voluntariamente através dos relatórios de sustentabilidade decorrentes dos investimentos e ações sustentáveis desenvolvidas pelas empresas do setor de energia elétrica do ano de 2014. Foram analisados os relatórios de sustentabilidade das empresas: Companhia Energética de Pernambuco, Companhia Energética da Bahia, Companhia Energética de Santa Catarina e Companhia Paranaense de Energia, divulgados no ano de 2014. Observou-se que as empresas estudadas, divulgam informações socioambientais baseadas nas diretrizes da GRI no nível abrangente de divulgação, apresentam conteúdos gerais e específicos ao setor.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Evidenciação. Relatório de Sustentabilidade.

ABSTRACT

Sustainability reports disclose information on the environmental impacts of an organization, the Global Reporting Initiative (GRI) supports organizations regarding the disclosure of sustainability reporting. This article aimed to show the disclosure of sustainable information voluntarily disclosed through sustainability reports arising from sustainable investments and actions developed by companies in the electricity sector of 2014. Companies sustainability reports were analyzed: Companhia Energetica de Pernambuco, Bahia Energy Company, Energy Company of Santa Catarina and Companhia Paranaense de Energia, released in the year 2014. It was observed that the studied companies disclose environmental information based on guidelines GRI the comprehensive level of disclosure, have general and specific to the sector content.

Keywords: Environmental Accounting. Disclosure. Sustainability report.

1 INTRODUÇÃO

Devido às exigências da sociedade por evidenciação da prática de atividades sustentáveis, governos e empresas têm adotado métodos que descrevem sustentavelmente suas relações e compromettimentos com o meio ambiente, desenvolvendo soluções positivas que atendem às necessidades atuais e minimizem o comprometimento dos recursos naturais das futuras gerações.

A contabilidade ambiental tem objetivos que consistem no registro e geração de relatórios capazes de identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros, que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período (RIBEIRO, 2010). Evidenciando a situação patrimonial de uma empresa aos usuários que se interessam por esse tipo de informações.

Apesar de não ser obrigada por lei a publicação do balanço social no Brasil, algumas empresas divulgam por postura ética e prestação de contas ou como forma de reagir às pressões vindas da sociedade. Para Tinoco e Kraemer (2004 p.28), “Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”. Sendo assim, as empresas socialmente responsáveis utilizam-se dessa ferramenta de divulgação.

A resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.003/04 aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBCT 15 (2004) que estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental; “A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade”. A norma determina que esse procedimento independente das informações devem ser extraídas ou não da contabilidade.

De modo geral utiliza-se o modelo de balanço ambiental chamado: *Global Reporting Initiative* - GRI. Esse relatório “é um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, *multistakeholder*, cuja missão é elaborar e difundir as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade aplicáveis globalmente e voluntariamente” (COSTA,2012, p.121). Permite maior visibilidade e acompanhamento das metas de sustentabilidade das organizações, a exemplo dos estudos de Calixto (2007) e Calixto (2008).

Desta forma, o intuito do estudo é obter uma visão clara da atuação das companhias elétricas quanto à importância dada ao atendimento e promoção de ações que comprovem comprometimento social e ambiental. Kraemer (2003) destaca que as informações geradas a partir dos relatórios ambientais divulgam dados sobre desempenho ambiental das empresas para toda parte interessada.

Segundo Calixto (2007), a relevância das informações de caráter ambiental é ainda maior quando se trata de setores que desgastam muito a natureza, a exemplo dos setores elétrico, metalúrgico e siderúrgico. Calixto (2008), em sua pesquisa, verificou as informações divulgadas pelo setor elétrico, comparando as empresas públicas e privadas. Dado o impacto ambiental do setor elétrico bem como ausência de um estudo específico sobre o setor mais recente, este estudo torna-se relevante no sentido de evidenciar o contexto mais recente da divulgação ambiental no referido segmento.

A problemática em questão é identificar: **Quais os conteúdos determinantes da divulgação de informação socioambiental pelas empresas do setor de energia elétrica?** A pesquisa será fundamentada na análise qualitativa das informações consideradas relevantes pelas companhias energéticas preferivelmente as empresas listadas na (BM&BOVESPA) por ter estímulo à responsabilidade social das organizações com a gestão do (ISE) Índice de Sustentabilidade Empresarial em seus relatórios.

O setor elétrico, composto basicamente pelos subsistemas de geração, transformação, transmissão, armazenamento, distribuição e consumo final têm demonstrado crescimento nos últimos anos. Dentro desse contexto o trabalho tem como objetivo mostrar a evidenciação das informações sustentáveis divulgadas voluntariamente através dos relatórios de sustentabilidade decorrentes dos investimentos e ações sustentáveis desenvolvidas pelas empresas do setor de energia elétrica do ano de 2014.

O decorrer do trabalho está dividido em quatro seções, onde serão apresentados nesta ordem o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a apresentação e análise dos dados e a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção está subdivida em três partes: primeiro apresenta-se alguns conceitos e definições inerentes à contabilidade ambiental; a seguir, discorre-se sobre o balanço social e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA); e, por fim, aborda-se o padrão GRI e o desempenho de sustentabilidade.

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Segundo Ribeiro (2010) os eventos e transações de natureza ambiental representam grandezas relevantes e, assim, causa significativo impacto na situação econômico-financeiro das empresas, afirma ainda que, a contabilidade ambiental não é uma ciência nova, mas sim, uma das ramificações da contabilidade.

Para Costa (2012), Contabilidade Ambiental, é definida como o estudo do patrimônio ambiental, envolve: ativos, passivos, receitas e despesas ambientais das entidades. Com o objetivo de fornecer aos *stakeholders* informações tempestivas e fidedignas dos eventos ambientais, permitindo aos usuários internos e externos uma visão da situação patrimonial da entidade.

Segundo Costa (2012), a contabilidade ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a atribuir maior atenção aos problemas do meio ambiente. A contabilidade ambiental é o processo que permite efetuar a contabilização dos benefícios ou prejuízos que uma organização em detrimento de sua produção ou prestação de serviços pode trazer ao meio ambiente, ou seja, conjunto de ações planejadas que desenvolvam projetos focados na responsabilidade com o meio ambiente.

O primeiro evento que tornou global a temática ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972.

Nesta conferência ocorreu a aprovação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o que inspirou países a instituírem legislações nacionais de proteção ambiental.

Em junho de 1992 o termo Desenvolvimento Sustentável ganhou repercussão na Rio-92, conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Segundo Ferreira (2011, p.7), a atual expressão eco desenvolvimento é definida como “usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras. Implica em usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua o acesso a eles pelas gerações futuras”.

Segundo Padoveze (2011) entende-se como Economia Verde aquela que resulta na melhoria do bem estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e as escassezes ecológicas. A economia verde se apoia em três estratégias principais: redução das emissões de carbono; maior eficiência energética e no uso de recursos; e preservação da biodiversidade e ecossistema. Tais métodos, postos na realidade das empresas do setor de energia elétrica, incrementa-se à necessidade das organizações em constantes investimentos em projetos socioambientais, mudanças tecnológicas e conscientização quanto à utilização dos serviços advindos da natureza para uma constante busca ao desenvolvimento social, econômico e sustentabilidade ambiental.

A *Global Reporting Initiative* (GRI) organização não-governamental composta por uma rede *multistakeholders* foi fundada em 1997 pela Ceres Consultoria & Projetos Ambientais e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), produz a mais abrangente estrutura para relatórios de sustentabilidade no mundo, proporciona maior transparência organizacional. Os paradigmas desenvolvidos pela GRI visam uma economia global sustentável em que organizações possam medir seus desempenhos e impactos socioambientais, assim como, a evidenciação e transparências de suas ações às partes interessadas.

Os padrões GRI são adotados por milhares de organizações em toda parte do mundo, a GRI conta com os representantes regionais com pontes focais nos países: Austrália, Brasil, China, Índia e Estados Unidos. Atualmente o Brasil encontra-se em terceiro lugar no mundo em número de empresas que buscam relatórios de sustentabilidade, em 2010 mais de 160 relatórios brasileiros baseados na estrutura GRI foram registrados.

Além da *Global Reporting Initiative* (GRI), outras organizações sem fins lucrativos surgem para auxiliar e guiar as organizações quanto a projetos estratégicos de ações sociais, ambientais e econômicas. Fundado em 1980 o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), surge com o intuito de priorizar e promover projetos de apoio a cidadania, democracia, igualdade, solidariedade, social, ambiental entre outros aspectos fundamentais das organizações, o mesmo lança o modelo de balanço social mais utilizado no Brasil. O Instituto Ethos, fundado em 1998, também assume a responsabilidade de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

2.2 BALANÇO SOCIAL E DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

O Balanço social foi instituído na França, em 1997, nesse país, a responsabilidade foi alvo de pressão pela sociedade francesa, fez com que a França fosse o primeiro país a editar uma lei obrigando a divulgação do balanço social, a lei nº 77.769/1997. Obriga que as empresas com mais de 300 funcionários, publiquem o balanço social. Conforme Padoveze, Benedicto e Leite (2012), o balanço social é uma demonstração que embora facultativa, possibilita dar aos usuários informações que compreendem desde a forma quantitativa e qualitativa às ações praticadas pelas empresas na sociedade. Consiste em uma demonstração que faz valer a função da contabilidade social, que é evidenciar da maneira mais clara possível, informações para todos os interessados.

Conforme a Resolução do CFC n. 1.407/12 aprova o Comunicado Técnico CTO 01 e define balanço social como a divulgação do conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas entidades no cumprimento de sua função social, informações essas dirigidas aos usuários internos e externos. Em suma, o balanço social demonstra as atividades no âmbito econômico, social e ambiental das organizações no meio onde estão inseridas e interage, proporcionando aos interessados (*stakeholders*) visibilidade de sua atuação e desempenho organizacional.

No Brasil, a primeira empresa a divulgar o Balanço Social em 1984 foi a Nitrofértil, estatal do estado da Bahia. Posteriormente em 1986 é lançado o balanço Social do mercado de capitais, patrocinado pelo o comitê de divulgação do Mercado de Capitais (Codimec). A Telebrás em 1991 divulga a primeira, Demonstração do Valor Adicionado. O Balanço social obteve ênfase a partir dos anos 1980 tendo como incentivador e propagador um dos presidentes do Ibase Herbert de Souza, o Betinho.

Desde então o modelo de balanço social mais utilizado no Brasil é o do Ibase. Sendo esse, o modelo recomendado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e também pelo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social. Embora não tendo um CPC específico que regulamente a divulgação de balanços sociais, o Pronunciamento Contábil CPC 26 no item 14 cita que muitas entidades apresentam além das demonstrações contábeis, relatórios de sustentabilidade. Sobretudo nos setores em que os fatores ambientais e sociais sejam significativos e quando empregados são considerados um importante grupo de usuários. Costa (2012, P.180) afirma que: “o selo Ibase, criado em 1998, é o reconhecimento de que a empresa assume publicamente a veracidade das práticas reveladas por seu Balanço Social”.

O objetivo do balanço social é demonstrar a interação da empresa com o meio em que está inserida, como forma de prestação de contas a sociedade de sua real atuação quanto aos aspectos de recursos humanos, sociais, econômicos e ambientais. Costa (2012) destaca que as informações as informações do balanço social devem conter: Emprego, remuneração e encargos acessórios, condições de higiene e segurança, condições de trabalho, formação, relações profissionais e outras relevantes na vida da empresa.

Além de evidenciar ativos e passivos ambientais a gestão dos indicadores socioambiental, demonstrado no balanço social proporciona benefícios aos usuários internos e externos, para a entidade, que pode resultar no aumento da produtividade dos empregados, marketing social e maior participação no mercado, levando em consideração os benefícios internos, os provenientes dos investimentos dos benéficos concedidos além da obrigação da empresa para com os funcionários e familiares e os externos, que resultam nos investimentos evidenciados à sociedade.

A DVA - Demonstração do Valor Adicionado, por sua vez, passou a ser obrigatória para companhias de capital aberto de acordo com a lei nº 11.638/07, representa um dos elementos do balanço social, contabilmente auxilia a medir e demonstrar a capacidade da empresa para gerar e distribuir riqueza. Conforme Padoveze (2011), representa a riqueza criada e produzida pela entidade.

Regulamentada pelo Pronunciamento Contábil CPC 09, a demonstração do valor adicionado (DVA) tem o objetivo de evidenciar a parcela de contribuição que a empresa tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB) podendo assim, apresentar à riqueza criada e produzida e também, a evidenciação de como se deu a distribuição dessa riqueza, conforme a resolução CFC n. 1.138/08, a estrutura mínima para detalhamento da distribuição da riqueza deve conter:

- Pessoal e encargos;
- Impostos, taxas e contribuições;
- Juros e aluguéis
- Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos e
- Lucros retidos/prejuízos do exercício.

A demonstração, conforme Pronunciamento Contábil CPC 09, é dividida em duas partes, a primeira apresenta a riqueza criada e produzida pela empresa de maneira a evidenciar as receitas provenientes da venda de mercadoria, produto e serviços, a aquisição de insumos por terceiros representado pelas compras de matérias primas, mercadoria, serviços entre outros, como também as despesas na forma de perda e recuperação de valores do ativo e pelos métodos de depreciação, amortização e exaustão. A segunda parte compreende a apresentação da riqueza distribuída ao pessoal representada pelos valores relativos a salários e todos os benefícios trabalhistas, assim como, os impostos, taxas e contribuições nas esferas; municipais, estaduais e federais, levando em consideração também os valores pagos referentes a juros, alugueis entre outras transferências de riqueza a terceiros.

2.3 PADRÃO GRI E O DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE

As diretrizes do GRI objetivam propiciar que os relatórios de sustentabilidade apresentem uma visão clara do impacto ecológico e humano da empresa, capaz de auxiliar os investidores na tomada de decisão, proporcionando as partes interessadas informação confiável e relevante que contribuam com a melhoria contínua do desempenho e progresso da organização. Os indicadores para elaboração dos relatórios abordam os três elementos inter-relacionados da sustentabilidade, conforme apresenta a organização no Quadro 1.

Quadro 1 - Elementos e indicadores

Econômico	Inclui, por exemplo, os gastos e benefícios, produtividade no trabalho, criação de emprego, despesas em serviços externos, despesas em investigação e desenvolvimento, investimentos em educação e outras formas de capital humano. O aspecto econômico inclui, embora não se limite só a ela, a informação financeira e respectivas declarações.
Ambiental	Inclui, por exemplo, impacto dos processos, produtivos, serviços no ar, água, solo, biodiversidade e saúde humana.
Social	Inclui, por exemplo, o tratamento que se dá aos grupos minoritários e às mulheres, o trabalho feito em favor dos menores, a saúde e segurança ocupacionais, estabilidade do emprego, direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de trabalho nas relações externas.

Fonte: GRI (2015)

A *Global Reporting Initiative* GRI sintetiza as categorias e aspectos das diretrizes, conforme pode ser visto a seguir no Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias e aspectos das diretrizes GRI

	CATEGORIA	ASPECTOS
ECONÔMICO	Impactos econômicos diretos	Clientes Fornecedores Empregados de capital Setor público
	Impactos econômicos indiretos	Externalidades
AMBIENTAL	Ambientais	Materiais Energia Água Biodiversidade Efluentes e resíduos Produtos e serviços Conformidade Transporte Geral
SOCIAIS	Práticas Laborais e Condições de Trabalho Decente	Emprego Relações trabalhadores/gestão Saúde e Segurança no trabalho Treinamento e Educação Diversidade e Igualdade de Oportunidades Avaliação de Fornecedores e Práticas Trabalhistas
	Direitos Humanos	Investimento Não-discriminação Avaliação Liberdade de associação e negociação coletiva Trabalho infantil Trabalho forçado e compulsório Práticas disciplinares Práticas de segurança Direitos dos nativos Direito Humano
	Sociedade	Comunidades Locais Suborno e corrupção Contributos políticos Competição e preços
	Responsabilidade pelos Produtos	Saúde e segurança dos clientes Produtos e serviços Publicidade

Fonte: GRI 2000

Além da classificação categórica e setorial, a GRI estabelece princípios para relato de sustentabilidade que confirme as diretrizes. Esses princípios são fundamentais para garantir a transparência no processo quanto ao relato, sendo assim, são divididos em dois grupos: princípios para definição do conteúdo do relatório e princípios para assegurar a qualidade do relatório.

Os princípios para definição do conteúdo do relatório descrevem o processo necessário para identificar os conteúdos que devem ser incluídos no relatório, levando em conta as atividades e impactos da organização e as expectativas e interesses substanciais de seus *stakeholders*.

Os princípios para assegurar a qualidade do relatório oferecem orientações para assegurar a qualidade das informações relatadas, inclusive da sua apresentação. A qualidade das informações permite que os *stakeholders* realizem avaliações de desempenho consistentes e justas para que possam tomar medidas adequadas.

Os princípios para definição dos conteúdos dos relatórios são os seguintes:

- **Inclusão de *Stakeholders*:** A organização deve identificar seus *stakeholders* e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.
- **Contexto da Sustentabilidade:** O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.
- **Materialidade:** O relatório deve abordar aspectos que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de *stakeholders*.
- **Completeness:** A cobertura de aspectos matérias e seus limites devem ser suficiente para refletir impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir que *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Por sua vez, os princípios que asseguram a qualidade dos relatórios são:

- **Equilíbrio:** O relatório deve refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada o seu desempenho geral.
- **Comparabilidade:** A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que

permita aos stakeholders analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.

- **Exatidão:** As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os interessados possam avaliar o desempenho da organização relatora.
- **Tempestividade:** A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que as partes interessadas tomem decisões fundamentadas.
- **Clareza:** A organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos usuários do relatório.
- **Confiabilidade:** A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo proposto à pesquisa consiste em identificar as informações ambientais evidenciadas através dos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas do setor de energia elétrica no ano de 2014, o período foi escolhido por apresentar um resultado mais recente ao tema estudado e as empresas estão listadas na BM&BOVESPA. Desta forma, a pesquisa pode ser classificada quanto aos objetivos como descritiva, quanto aos procedimentos, documental e quanto à abordagem, qualitativa.

O estudo teve como base a análise dos relatórios de sustentabilidades divulgados pelas organizações em decorrência da metodologia apresentadas e requeridas pelas diretrizes do padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI).

As entidades pesquisadas compõem a classificação das dez distribuidoras de energia elétrica com maior número de consumidores em 2014 (conforme a ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica).

Foram pesquisadas as informações das empresas através de buscas na internet e nos sítios eletrônicos das mesmas, das quais, foram conseguidos dados de quatro distribuidoras, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Companhias analisadas

Dados da Empresa	Publicam relatórios de Sustentabilidade	
	Sim	Não
Razão Social		
Companhia Energética de Pernambuco	X	
Companhia Energética da Bahia	X	
Companhia Energética de Santa Catarina	X	
Companhia Paranaense de Energia	X	

Fonte: elaboração própria

Das quatro empresas classificadas para o desenvolvimento da pesquisa, todas publicam o relatório de sustentabilidade, para obtenção do resultado quanto à evidenciação de informações de natureza econômica, ambiental e social foi utilizada uma listagem dos itens necessários a divulgação, segundo os modelos apresentados e sugeridos pela GRI. A seguir os conteúdos padrões aos relatórios de sustentabilidade, conforme a *Global Reporting Initiative*.

1. Estratégia e Análise
2. Perfil Organizacional
3. Aspectos Materiais Identificados e Limites
4. Engajamento de Stakeholders
5. Governança
6. Ética e Integridade
7. Informações sobre a forma de Gestão
8. Indicadores

As organizações precisam evidenciar informações sobre a forma de gestão quanto aos aspectos econômicos que descrevam seu desempenho econômico: presença de mercado, impactos econômicos indiretos e práticas de compras. Em relação aos aspectos ambientais exige a descrição da atuação da empresa referente: à utilização dos recursos naturais, biodiversidade, emissões, produtos e serviços e avaliação ambiental dos fornecedores. A categoria social abrange as ações sociais desenvolvidas pelas empresas relacionadas a: saúde, educação, igualdade e emprego. Desta forma, esta pesquisa não entrou no mérito da qualidade das informações, mas se ateve apenas a verificar se as mesmas estavam ou não sendo apresentadas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo Ferreira (2011). Os relatórios de sustentabilidade têm como característica a descrição física sobre como determinada ação da organização pode influenciar fisicamente o meio ambiente. O Quadro 4 representa os principais conteúdos que devem constar no relatório de sustentabilidade em detrimento das informações que foram evidenciadas nos relatórios divulgados pelas companhias de energia elétrica no ano de 2014, conforme estrutura exigida pela GRI.

Quadro 4 - Principais conteúdos que devem constar no relato de sustentabilidade

Principais conteúdos que devem ser divulgados	Evidenciação pelas empresas nos relatórios de sustentabilidade divulgados no ano 2014			
	CELPE	CELESC	COELBA	COPEL
1. Estratégia e Análise				
1.1 Visão geral de sustentabilidade	X	X	X	X
1.2 Declaração do principal tomador de decisão	X	X	X	X
1.3 Principais impactos, riscos e oportunidades	X	X	X	X
2. Perfil Organizacional				
2.1 Nome da organização	X	X	X	X
2.2 Principais marcas, produtos e serviços	X	X	X	X
2.3 Localização	X	X	X	X
2.4 Quantidade de países em que opera	X	X	X	X
2.5 Natureza de propriedade e forma jurídica	X	X	X	X
2.5 Atuação de mercado	X	X	X	X
2.6 Porte da empresa	X	X	X	X
2.7 Cadeia de fornecedores	X	X	X	X
2.8 Compromisso com iniciativas externas	X	X	X	X
3. Aspectos Matérias Identificados e Limites				
3.1 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras	X	X	X	X
3.2 Processo adotado para definir o conteúdo	X	X	X	X
3.3 Efeitos de reformulações de informações anteriores	X	X	X	X
3.4 Limitação no período de divulgação do relatório	X	X	X	X
4. Engajamento de Stakeholders				
4.1 Grupos de Stakeholders engajados	X	X	X	X
4.2 Identificação e seleção do Stakeholders	X	X	X	X
4.3 Principais tópicos e preocupações	X	X	X	X
5. Perfil do Relatório				
5.1 Sumário de conteúdo da GRI	X	X	X	X
5.2 Período coberto pelo relatório	X	X	X	X
5.3 Data do relatório mais recente	X	X	X	X
5.4 Ciclo de emissão	X	X	X	X
5. Governança				
5.1 Estrutura	X	X	X	X
5.2 Papel desempenhado	X	X	X	X
5.3 Remuneração e incentivos	X	X	X	X
6. Ética e Integridade				
6.1 Valores, princípios, padrões e normas	X	X	X	X
6.2 Mecanismos internos e externos	X	X	X	X
7. Informações sobre a Forma de Gestão				
7.1 Impactos econômicos indiretos	X	X	X	X
7.2 Práticas de compras	X	X	X	X
7.3 Biodiversidade	X	X	X	X

7.4 Avaliação ambiental de fornecedores	X	X	X	X
7.5 Investimentos	X	X	X	X
7.6 Comunidades locais	X	X	X	X
8. Indicadores				
8.1 Desempenho econômico	X	X	X	X
8.2 Assistência financeira recebida do governo	X	X	X	X
8.3 Presença no mercado	X	X	X	X
8.4 Emissões	X	X	X	X
8.5 Efluentes e Resíduos	X	X	X	X
8.6 Conformidade	X	X	X	X

Fonte: elaboração própria

Analisando os relatórios de sustentabilidade divulgados pelas companhias energéticas, CELPE Companhia Energética de Pernambuco, COELBA Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, CELESC Centrais Elétricas de Santa Catarina e COPEL Companhia Paranaense de Energia, verificou-se que todas as empresas divulgam relatórios baseados no padrão internacional GRI no nível abrangente onde, incluem todos os indicadores específicos do setor elétrico, aplicáveis às companhias.

Quanto à estratégia e análise, às quatro empresas pesquisadas, apresentam com clareza a visão estratégica geral da sustentabilidade da organização, demonstrada através da declaração do principal tomador de decisão da entidade expresso em alguns relatórios como; mensagem do diretor ou mensagem da administração. Às companhias elétricas apresentam a visão global estratégica de curto, médio e longo prazo quanto aos impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e gerados pelo setor, indicando os principais riscos e oportunidades que são priorizados pelas entidades.

Com relação ao perfil organizacional, as empresas oferecem uma visão geral de suas características; nome, principais marcas, produtos e serviços, localização, estados em que atuam e quais projetos desenvolvem, relatam o porte da organização incluindo o total de empregados, operação, vendas líquidas, capitalização, produtos e serviços prestados e descrevem os compromissos voluntários com iniciativas externas por meio de projetos socioambientais.

As empresas analisadas procuram apresentar com transparência, conformidade e responsabilidade social empresarial em consonância às melhores práticas propostas pelas diretrizes da GRI. Observou-se que os conteúdos exigidos pela *Global Reporting Initiative* são evidenciados nos relatórios de maneira a possibilitar uma visão ampla quanto da atuação das organizações que vai da mensagem apresentada pelo diretor presidente até os possíveis anexos e todos os relatos são assegurados pelo relatório dos auditores independentes.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi identificar a evidenciação de informações socioambientais nos relatórios de sustentabilidade de quatro das dez maiores companhias distribuidoras de energia elétrica do Brasil com base nas diretrizes do padrão internacional da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Foram analisados os relatórios de sustentabilidade divulgados pelas companhias energéticas: Celpe, Coelba, Celesc e Copel no ano de 2014. Constatou-se que todas as empresas analisadas relatam informações de natureza ambiental, social e econômica no nível abrangente do relato, exigido pela GRI, que permitem a divulgação de conteúdos específicos ao setor das organizações. Com relação à evidenciação das informações ambientais, as empresas se baseiam nas diretrizes GRI para divulgarem relatórios de sustentabilidade e apresentam de forma completa todos os conteúdos que são exigidos.

A divulgação via relatório socioambiental pelas empresas componentes da amostra evidenciam com clareza a visão geral das empresas quanto a sustentabilidade das organizações e detalham com base nas seções das diretrizes GRI informações que permitem viabilizar a prioridade estratégica e fundamental das entidades, assim como, os principais eventos, realizações e fracassos ocorridos no período da divulgação.

Portanto, o estudo atende ao problema de pesquisa: Quais os conteúdos determinantes da divulgação de informações socioambientais pelas empresas do setor de energia elétrica? Os conteúdos que determinam a divulgação são de natureza geral e específicas das organizações como; estratégica e perfil das empresas, engajamento de *stakeholders*, ética e integridade que permitem aos vários usuários das informações visibilidade das ações, práticas e investimentos das companhias energéticas.

Para futuras pesquisas, sugere-se trabalhos que ampliem o estudo da evidenciação das informações consideradas ambientalmente impactantes pelo setor elétrico. Outra proposta de estudo é a de trabalhar a análise da prática de novas tecnologias para o desenvolvimento sustentável das companhias.

REFERÊNCIAS

ABRADEE, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: Visão geral do setor elétrico. 2015. Disponível em: <<http://www.abradee.com.br>>. Acesso em: 23 Maio 2015.

BRASIL. Lei Nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Site do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 08 Nov. 2015.

CALIXTO, Laura. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras—de 1997 a 2005. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 10, n. 1, 2007.

CALIXTO, Laura. Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 3, p. 123-147, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 (Demonstração do Valor Adicionado)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 11 jan. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 (Demonstração do Valor Adicionado)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 11 jan. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis)**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 11 jan. 2015

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBCT 15: **INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**. Resolução. CFC. Nº 1.0003/04.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm da. **CONTABILIDADE AMBIENTAL: evidenciação e transparência**. São Paulo:Atlas, 2012.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **CONTABILIDADE AMBIENTAL: Uma informação para o desenvolvimento sustentável – inclui Certificados de Carbono**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. **ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE**. 2000. Disponível em:
www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/Elaboração-de-relatórios-de-sustentabilidade.aspx. Acesso em 01 mai.2015.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Passivo ambiental. **Passivo Ambiental**, 2003.

PAVEZE, Helena Castro. **POLÍTICA AMBIENTAL/ECONOMIA VERDE**: desafios e oportunidades nº 8, jun. (2011). Belo Horizonte: Conservação Internacional. Disponível em:
<http://www.conservation.org.br/publicação/files/politicas_ambientais_08_portugues.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho; LEITE, Jourbert da Silva Jegônimo. **MANUAL DE CONTABILIDADE INTERNACIONAL**: IFRS: US Gaap e Br Gaap: teoria e prática. São Paulo. Cengage Learning, 2012.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **CONTABILIDADE AMBIENTAL**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **CONTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL**. São Paulo: Atlas. 2004.

Instituição: Universidade Federal do Pernambuco
Artigo Recebido em:12/08/2016
Aceito em: 26/10/2016
Editor: Luiz Felix Júnior
Avaliado pelo Sistema double blind review
Revisado por Erivan Lopes Tomé Júnior